



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS
QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM
Av. Almirante Barroso, 2380, Marco, CEP 66.093-034 - Telefone: (91) 31311600/1614

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM (CPMEAQLG), REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2013, ÀS 11:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA OUVIDORIA AGRÁRIA DO TJE, ONDE ESTIVERAM PRESENTES: O PRESIDENTE DA COMISSÃO, DESEMBARGADOR OTÁVIO MARCELINO MACIEL; DR. MARCIO MOTA VASCONCELOS – REPRESENTANTE DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO; DR. IBRAIN ROCHA, REPRESENTANTE DA OABPA; DR. GIROLAMO DOMENICO TRECCANI – REPRESENTANTE DA FETAGRI; DR. ARTUR TOURINHO NETO, REPRESENTANTE DO ITERPA; DR. LEONARDO DE OLIVEIRA SIROTHEAU, REPRESENTANTE DA AGU; DR. ROSSIVAGNER SANTANA SANTOS – REPRESENTANTE DA DEFENSORIA PÚBLICA; DR. NILDON DELON GARCIA DA SILVA – REPRESENTANTE DA SDDH; DR. ALAN MANSUR SILVA – REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL/PARÁ; SRA. IRACEMA JANDIRA OLIVEIRA DA SILVA, NESTE ATO REPRESENTANDO A DRA. FÁBIA DE MELO FOURNIER – PROMOTORA DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL (Of. Nº 79/2013-MP/CAO Cível). AUSÊNCIA JUSTIFICADA DA DRA. CAROLINE BASTOS DO AMARANTE, REPRESENTANTE DO INCRA. OS DEMAIS REPRESENTANTES NÃO COMPARECERAM APESAR DE DEVIDAMENTE NOTIFICADOS POR E-MAIL. OS QUE AQUI COMPARECERAM ASSINARAM A LISTA DE PRESENÇA QUE É PARTE INTEGRANTE DESTA ATA;

PAUTA: 1- Informes dos Membros da Comissão que foram a Brasília na reunião realizada no CNJ em 21.08.2013, com o Juiz Rodrigo Rigamonte – Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ e Coordenador do Comitê Executivo Nacional do Fórum de Assuntos Fundiários; 2- Resposta do Senado Federal ao Of. Nº 13/2013-CPMEAQLG, que solicitou cópia das autorizações expedidas no Estado do Pará e cópias dos documentos (resoluções ou outros instrumentos normativos) que possibilitaram estas autorizações; 3 – Situação atual dos Mandados de Segurança no STF; 4 - O que ocorrer;

O Presidente da Comissão abriu a reunião agradecendo a presença dos representantes acima elencados. Após a leitura da pauta foi lida a ATA da última reunião realizada no dia 09.08.2013 e por todos aprovada. **ITEM 1:** 1- Informes dos Membros da Comissão que foram a Brasília na reunião realizada no CNJ em 21.08.2013, com o Juiz Rodrigo Rigamonte – Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ e Coordenador do Comitê Executivo Nacional do Fórum de Assuntos Fundiários; Os representantes da Procuradoria do Estado do Pará – Dr. Marcio Vasconcelos, o representante da Defensoria Pública, Dr. Rossivagner Santos e o representante da FETAGRI – Dr. Girolamo Treccani, estiveram em Brasília e informaram que o Dr. Rodrigo Rigamonte foi muito receptivo e a audiência produtiva. Os membros levaram ao conhecimento do magistrado o papel e a importância da CPMEAQLG nas questões fundiárias



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS
QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

Av. Almirante Barroso, 2380, Marco, CEP 66.093-034 - Telefone: (91) 31311600/1614

no Estado do Pará. Os membros apresentaram a importância do Provimento CJCI e CJRMB nº 10/2012 como instrumento de combate à grilagem. Comprometeram-se em encaminhar ao CNJ na pessoa do Dr. Rodrigo, o inteiro teor do mesmo. Solicitaram que o CNJ auxilie os Cartórios de Registro de Imóveis a viabilizar a notificação dos atingidos pela decisão de cancelamento das matrículas de seus imóveis para que possa iniciar a decorrer o prazo decadencial. A Comissão irá remeter ao CNJ uma solicitação formal nesse sentido. Ainda na reunião no CNJ a Comissão agradeceu a edição do Provimento CNJ nº 33/2013, que dispõe sobre o registro e a averbação de descrição de área, por Oficiais de Registro de Imóveis, relativos às Glebas Públicas Federais situadas na Amazônia Legal, mas ressaltou a necessidade de que sejam incluídas as glebas estaduais. Ficou acertado que a Comissão irá remeter uma minuta sugerindo a alteração do Provimento. O Dr. Rodrigo informou que foi composto um grupo de trabalho para estudar mais profundamente a implementação do sistema eletrônico S-Rei. A Comissão alertou sobre a necessidade de se respeitar o prazo previsto no art. 39 da Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009 que determina que até 06 de julho de 2014, os CRI tenham seus livros digitalizados. Outra preocupação apresentada foi a necessidade de se adotar um sistema nacional que possa integrar as informações relativas às matrículas e que o mesmo seja compatível com os sistemas já existentes seja do Poder Judiciário (SIGEO do TJ-PA), das associações de cartórios (ARISP), e dos órgãos públicos (SIG-Amazônia do Terra Legal e outros sistemas de outros órgãos). Foi sugerido que seja prevista a possibilidade de ser criado um índice com as informações básicas (nome e CPF do proprietário; nome, tamanho e localização do imóvel; cadastro do INCRA e da Receita Federal, etc.). Foi proposto oficiar ao CNJ, solicitando o código fonte do sistema S-REI. Quanto aos MS foi lembrada a importância estratégica da decisão do Ministro Gilson Dipp e a necessidade do CNJ acompanhar de perto sua tramitação. **ITEM 2:** A CPMEAQLG recebeu do Senado o Of. nº 402/2013-SGM, de 08.08.2013, com as informações relativas as autorizações concedidas pelo Congresso Nacional permitindo a alienação de terras públicas acima dos limites constitucionais. Como se trata de um documento extenso, com vários anexos, o expediente ficará a disposição dos membros em secretaria. **ITEM 3:** – Situação atual dos Mandatos de Segurança no CNJ os Membros reuniram no STF com os chefes de gabinete dos Ministros Roberto Barroso e Luiz Fux. Após explicações exaustivas sobre os 10 MS que tramitam com ministros diversos foi sugerindo que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS
QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

Av. Almirante Barroso, 2380, Marco, CEP 66.093-034 - Telefone: (91) 31311600/1614

fosse reconhecida a vinculação entre os processos unificando-os nas mãos de um único relator tendo em vista que a causa de pedir insurge contra ato do Corregedor Nacional de Justiça no Pedido de Providencias nº 0001943-67.2009.2.00.0000 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Foi discutido que seja realizada uma audiência com a Ministra Rosa Weber, em uma outra viagem da Comissão, prevista para novembro /2013, que a fim de apresentar à relatora nossos argumentos contra o deferimento dos MS. Antes porém, deverá ser acionada a AGU a fim de se avaliar em conjunto o andamento dos MS. Após a ida ao CNJ e ao STF, os membros da Comissão graças ao apoio Dr. Alan Mansur (PGR/PA), reuniram com o Dr. Francisco de Assis Vieira Sanseverino, Subprocurador-Geral da República sugerindo que se solicite a unificação dos processos. O Doutor Marcio Mota, representante da PGE, se prontificou a manter o acesso aos MS por meio de certificado digital. **ITEM 4: - O que ocorrer.** Foi informado aos membros da CPMEAQLG presentes, que o Sistema Eletrônico ARISP – usado no Estado de São Paulo, tendo em vista que está sendo utilizado e disponibilizado no Portal do TJE. Como não se tem idéia do seu funcionamento no TJE, é interessante solicitar informações sobre seu funcionamento e solicitar cópia do código fonte. Foi solicitado pela representante da FETAGRI que, atendendo a um pedido do Ministério Público Estadual, que as reuniões da CPMEAQLG sejam realizadas na primeira sexta feira de cada mês, haja vista a indisponibilidade da participação dos membros titulares de conciliar as reuniões do Grupo de Trabalho que acontecem sempre na última sexta feira de cada mês. A Comissão aceitou os argumentos apresentados e aprovou a mudança do dia das reuniões para a primeira sexta feira de cada mês.

DELIBERAÇÃO:

1- Oficiar ao CNJ solicitando que defina qual sistema eletrônico será adotado e que o mesmo contemple a possibilidade de consulta de informações detalhadas pelo poder público e pela sociedade, bem como cobrar dos cartórios a notificação dos interessados cujas matrículas foram canceladas;

2 - Oficiar ao TJE, solicitando informação sobre se o sistema da ARISP será oficialmente adotado no Pará, e sobre a criação do sistema que acesse os dados. Solicitar cópia do código fonte;

DELIBERAÇÃO:

1- Oficiar ao CNJ solicitando que defina qual sistema eletrônico será adotado e que o



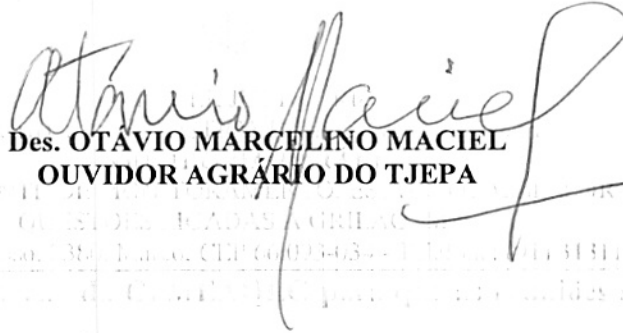
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS
QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

Av. Almirante Barroso, 2380, Marco, CEP 66.093-034 - Telefone: (91) 31311600/1614

3 – Alterar o Regimento Interno da CPMEAQLG para que as reuniões sejam realizadas na primeira sexta feira de cada mês;

Nada mais havendo, deu-se este termo por encerrado que vai por todos assinado. Eu, Maria Adelaide Cardoso Trindade, servindo como Secretária da Comissão, digitei e conferi.



Des. OTÁVIO MARCELINO MACIEL
OUVIDOR AGRÁRIO DO TJPA

Nada mais havendo, deu-se este termo por encerrado que vai por todos assinado. Eu, Maria Adelaide Cardoso Trindade, servindo como Secretária da Comissão, digitei e conferi.

Des. OTÁVIO MARCELINO MACIEL
OUVIDOR AGRÁRIO DO TJPA

